



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO-MA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESTREITO/MA.**

1.2. Os serviços a serem contratados estão detalhados nesse termo de referência e nas respectivas tabelas presentes no Documentos de Formalização da Demanda (DFD) e Estudo Técnico Preliminar (ETP) da contratação conforme tabela abaixo.

1.3. O valor estimado da contratação é de **R\$ 951.294,40 (Novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos);**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Plotagem de veículos em adesivos vinil contendo diferentes cores, texturas e designs, com espessura de 10mm.	M²	200	R\$ 171,25	R\$ 34.250,00
2	Impressão em placa acm adesivada, placa rígida em acm com adesivo aplicado em recorte ou impressão, seja utilizado com atendimento as normas técnicas.	M²	140	R\$ 650,00	R\$ 91.000,00
3	Impressão em placa pvc adesivada 30x42cm, seja utilizado com atendimento as normas técnicas.	M²	100	R\$ 110,50	R\$ 11.050,00
4	Impressão digital em lona acabamento em madeira e ilhós confeccionados em *lona* furada nas Extremidades *pode personalizar tamanho* acabamento com filetes de madeira, com impressão Digital em alta resolução.	M²	200	R\$ 136,00	R\$ 27.200,00
5	Impressão digital em adesivo vinil	M²	200	R\$ 127,10	R\$ 25.420,00
6	Impressão digital em lona com acabamento e estrutura em metalon.	M²	120	R\$ 218,32	R\$ 26.198,40
7	Impressão de outdoor desenvolvido para impressão digital. Ideal em aplicações de outdoors com Alta qualidade de impressão.	UND	50	R\$ 1.067,62	R\$ 53.381,00
8	Placa missão/ visão/ Inauguração 0,80x1,00m em chapa de aço inox com gravação corrosiva baixo Relevo com pintura especial, seja utilizado com atendimento as normas técnicas.	UND	50	R\$ 1.700,00	R\$ 85.000,00
9	Placas de identificação de porta, pvc 30x15cm, seja utilizado com atendimento as normas técnicas.	UND	200	R\$ 109,25	R\$ 21.850,00
10	Plotagens em portas e janelas de vidro tipo blindex adesivo jateado transparente areia.	M²	100	R\$ 180,25	R\$ 18.025,00
11	Big hand, papel impressão digital a base de solvente.	M²	200	R\$ 121,25	R\$ 24.250,00
12	Confecção manual de falxas para divulgação em tecido morin branco acabamento madeira **3 Cores	M²	100	R\$ 133,50	R\$ 13.350,00
13	Crachá em pvc, laminado flexível, cantos arredondados, tamanho 8,5cm x 5,5cm, espessura 2mm, com a Impressão colorida, furoo ovalde de 13mm x 3mm, com corda e presilha	UND	200	R\$ 50,10	R\$ 10.020,00



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO  
CNPJ: 07.070.873/0001-10



Fls.: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_  
Prefeitura Mun. De Estreito - MA

14	Faixa de rua em lona 5x1m impressão digital 440 gramas a base de solvente com acabamento	UND	100	R\$ 429,75	R\$ 42.975,00
15	Faixa em lona 440 gramas front impressão digital a base de solvente com acabamento	M²	100	R\$ 99,75	R\$ 9.975,00
16	Placas de trânsito em chapa 22 sobreposta com adesivo recorte eletrônico total refletiva com Aplicação de tinta no fundo, 100m², seja utilizado com atendimento as normas técnicas	M²	200	R\$ 547,25	R\$ 109.450,00
17	Placa com armação em metalon galvanizado 20x30 na 20 em lona, seja utilizado com atendimento as Normas técnicas 440g em impressão digital 6 pas com aplicação de verniz protetor e instalação, seja utilizado com atendimento as normas técnicas	M²	100	R\$ 276,75	R\$ 27.675,00
18	Sinalização e identificação externa tipo totem dupla face iluminado em chapa estrutura em tubo Galvanizado revestido em chapa adesivada, adesivo leitoso, impressão digital a base de solvente	M²	100	R\$ 1.350,50	R\$ 135.050,00
19	Carimbo automático pr 4910/4911	UND	200	R\$ 111,00	R\$ 22.200,00
20	Adesivo vinil com recorte eletrônico e impressão digital	M²	200	R\$ 111,00	R\$ 22.200,00
21	Banner em lona 440g com impressão digital e acabamento em madeira com cordinha	M²	200	R\$ 131,25	R\$ 26.250,00
22	Placa com adesivo refletido sinalização e trânsito 50m², seja utilizado as normas técnicas	M²	100	R\$ 568,50	R\$ 56.850,00
23	Placa em chapa revestida em adesivo vinil, seja utilizado com atendimento as normas técnicas	M²	100	R\$ 276,75	R\$ 27.675,00
24	Placa em chapa revestida em adesivo vinil, seja utilizado com atendimento as normas técnicas	M²	200	R\$ 150,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 951.294,40

1.4. O prazo total do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

1.5. O prazo foi estabelecido com base nas necessidades do órgão ou entidade e na complexidade dos objetos das contratações.

1.6. Há possibilidade de prorrogação do contrato, desde que justificada e previamente autorizada pela Administração, respeitando os limites estabelecidos na legislação vigente.

1.7. As condições para prorrogação serão estabelecidas em cada contrato específico, observando a necessidade de continuidade da prestação dos serviços ou aquisição dos bens e os limites legais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESTREITO/MA.**

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender às demandas contínuas da Administração Pública quanto à confecção, fornecimento e instalação de



materiais de comunicação visual, tais como adesivos, placas, banners e fachadas, destinados à identificação de prédios públicos, sinalização interna e externa, divulgação institucional de programas, ações, campanhas educativas e informativas, bem como à padronização visual dos órgãos e serviços municipais.

2.3. A comunicação visual é instrumento essencial para garantir transparência, publicidade dos atos administrativos e adequado acesso da população às informações de interesse público, conforme preconiza o princípio da publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, a correta sinalização e identificação dos espaços públicos contribui para a organização, segurança, orientação dos usuários e valorização do patrimônio público.

2.4. A contratação de empresa especializada mostra-se necessária, uma vez que os serviços demandam conhecimento técnico específico, mão de obra qualificada, equipamentos adequados e materiais de qualidade, incluindo impressão gráfica, acabamento, adesivação, montagem e instalação em diferentes superfícies e ambientes, garantindo durabilidade, padronização estética e conformidade com as normas técnicas vigentes.

2.5. Ressalta-se que o Município não dispõe de estrutura própria, equipamentos ou pessoal técnico especializado para executar tais serviços de forma direta, o que tornaria a execução interna inviável ou antieconômica. Dessa forma, a contratação externa revela-se a alternativa mais eficiente, econômica e vantajosa para o interesse público.

2.6. A contratação permitirá o atendimento das necessidades das Secretarias do Município e suas dependências, de forma planejada, padronizada e conforme a demanda, assegurando a continuidade dos serviços administrativos e a adequada comunicação institucional com a população.

2.7. Diante do exposto, resta devidamente justificada a contratação de empresa especializada em serviços de comunicação visual, observando-se a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

2.8. Ressaltamos que os referidos serão fornecidos conforme necessidade e mediante a prévia autorização e emissão da ordem de serviço pela Secretaria ou Departamento responsável.

2.9. Além disso, este certame irá fomentar o desenvolvimento da economia do município, incentivando as empresas locais, no desenvolvimento de suas atividades.

2.10. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. Considerando que a Prefeitura Municipal de Estreito necessita adquirir materiais de comunicação visual para dar efetividade aos serviços públicos, garantindo a qualidade das ações realizadas e a visibilidade das obras e serviços prestados, torna-se indispensável a contratação dos serviços ora pleiteados.

3.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de



serviços gráficos e de comunicação visual, compreendendo a confecção, fornecimento e instalação, sob demanda, de materiais como adesivos, placas, banners, faixas, totens, painéis e fachadas, destinados à identificação, sinalização e divulgação institucional das ações e serviços públicos municipais.

3.3. A execução abrangerá todas as etapas necessárias para a entrega do produto final em condições de uso, incluindo, quando necessário, criação ou adequação de arte, diagramação, impressão em diferentes tipos de substratos, recorte, acabamento, transporte, montagem e instalação nos locais indicados pela Administração.

3.4. A solução deverá atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais, de forma parcelada e conforme a demanda, permitindo padronização da identidade visual, melhor organização dos espaços públicos, orientação adequada aos usuários dos serviços e ampla divulgação de campanhas educativas, informativas e institucionais.

3.5. Os materiais utilizados deverão possuir qualidade, resistência e durabilidade compatíveis com ambientes internos e externos, observando normas técnicas aplicáveis, garantindo boa fixação, legibilidade das informações e adequada apresentação estética. A contratação visa assegurar maior eficiência administrativa, economicidade e padronização dos serviços de comunicação visual, considerando que o Município não dispõe de estrutura própria, equipamentos específicos e mão de obra especializada para execução direta dessas atividades.

3.6. Dessa forma, a solução proposta contempla o atendimento integral das demandas de comunicação visual da Administração Pública Municipal, garantindo continuidade dos serviços, melhoria da identificação dos prédios públicos e fortalecimento da comunicação institucional com a população.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS**

4.1. A CONTRATADA deverá estar regularizada quanto à emissão de nota fiscal de acordo com a sua legislação estadual;

4.2. É de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de taxas, impostos e outras despesas necessárias ao fornecimento e perfeito funcionamento do objeto;

4.3. Descarte se resíduos conforme boas práticas de educação ambiental;

#### **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. Ficará a cargo da fiscalização do Contrato a servidora servidor a ser nomeado pela autoridade competente.

5.2. As atividades de gestão e fiscalização de contrato consistem em um conjunto de ações que têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração em suas avenças administrativas, bem como prestar apoio à instrução processual pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação, reequilíbrio, repactuação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras.

5.3. Caso ocorram conflitos entre a Administração e a empresa contratada, será estabelecido um processo de mediação e negociação para buscar soluções



consensuais. Se a empresa contratada não cumprir com suas obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar penalidades, conforme previsto no contrato e na legislação aplicável.

5.4. O fiscal ficará responsável pela supervisão das atividades de manutenção, garantindo que os serviços prestados e materiais entregues estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no contrato.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO  
CNPJ: 07.070.873/0001-10

PREFEITURA DE  
**ESTREITO**  
UM NOVO TEMPO, UMA NOVA HISTÓRIA.

Fls.: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_  
Prefeitura Mun. De Estreito - MA

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

## **7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. Considerando o valor estimado e a natureza das contratações, a modalidade de licitação adequada para as três contratações é o Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

7.2. Para a seleção do fornecedor, serão utilizados o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.3. **Os requisitos de habilitação serão definidos em edital.**

## **8. DO RECEBIMENTO**

8.1. Os serviços serão prestados de acordo com o calendário de eventos do município, conforme solicitação das Secretarias Municipais, o prazo para instalação dos produtos serão de até 3(três) dias antes do evento, e o local será determinados pela ordem de fornecimento, emitida pelo departamento responsável, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.4.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO**  
**CNPJ: 07.070.873/0001-10**



**Fls.:** \_\_\_\_\_ **Rubrica:** \_\_\_\_\_  
**Prefeitura Mun. De Estreito - MA**

9.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.9.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



- 9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);  
9.9.5. Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT)  
9.9.6. Demais documentos solicitados no edital da licitação.

#### 10. DO PAGAMENTO.

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.
- 10.4. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

#### 10.5. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 10.5.1. Em licitações para registro de preço não é necessário indicar dotação orçamentária, o que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 7º, § 2º do Decreto Municipal nº 016/2015, bem como o Inciso XI do Art. 17 do Decreto Municipal nº 009 de 1º de março de 2024.

Município de Estreito/MA, aos 09 dias do mês de abril de 2026.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO T. R.	AUTORIDADE COMPETENTE
<b>PAULO ROBERTO DE LIRA DANDA</b> Secretário Mun. de Adm. Planejamento e Gestão Portaria nº 003/2025 – GAB LC	<b>AUTORIZO NA FORMA DA LEI</b>  EM: ____/____/2026  <b>LUAN BRUNO LOBO CAMPOS</b> Secretário Municipal de Finanças Portaria nº 002/2025